

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
1º CONCURSO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
1986
DE 3º CATEGORIA
PROVA INICIAL

SEÇÃO I – DIREITO ADIMINISTRATIVO

1ª QUESTÃO: (35 pontos)

Considere as instituições, em nível municipal, da autarquia, da empresa pública unipessoal individual e da fundação supervisionada pelo Poder Público e responda, sinteticamente, às seguintes indagações:

I. Quais as semelhanças e dissemelhanças entre elas, em termos de:

1. natureza jurídica;
2. posicionamento com referência à organização administrativa?

II. Alguma ou algumas delas têm assembléia geral?

III. E capital?

IV. Se afirmativa a resposta à pergunta de nº III:

1. Faça a indicação ou indicações pertinentes dentre as espécies referidas.
2. Caracterize a posição do Município em relação ao capital.

V. Caso negativa a resposta à pergunta do nº III, desconsidere as indagações formuladas no nº IV.

Fundamente as respostas.

2ª QUESTÃO: (35 pontos)

O proprietário de um prédio residencial unifamiliar atingido por um incêndio que o destruiu, com perda da totalidade de seus elementos estruturais, requer alvará de licença para a sua reconstrução.

O Município do Rio de Janeiro negou-lhe o alvará requerido, alegando que o lote onde se situava a edificação está sujeito a afastamento conforme a legislação edilícia atualmente vigente, e que a reconstrução pretendida se fará parcialmente sobre a área de recuo.

O proprietário recorre da decisão, sustentando que a negativa fere seu direito de propriedade, impedindo a recomposição de seu patrimônio, e que o prédio, se reconstruído, ocupará exatamente a área anteriormente ocupada. Ameaça o Município com a responsabilização por perdas e danos, caso persista sua negativa.

A autoridade a que é dirigido o recurso solicita a audiência da Procuradoria Geral. Qual a orientação a ser dada? Fundamente a resposta.

3ª QUESTÃO: (30 pontos)

Considerada a compatibilidade, ou incompatibilidade, entre a garantia de emprego e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), responda, fundamentando o raciocínio jurídico, se cabe, ou não, reintegração no emprego, por ordem judicial:

- a) de Diretor suplente de associação profissional, legalmente registrada, optante pelo FGTS, dispensado sem justo motivo, seis meses após o término do mandato e cuja eleição não fora comunicada ao empregador;
- b) dos servidores públicos em regime da CLT, optantes pelo FGTS, empregados (1) da Administração Direta, (2) de Empresas Públicas, (3) de Sociedade de Economia Mista, dispensados imotivadamente, se norma municipal garante o emprego em face de requisito presente na hipótese em exame;
- c) do empregado dispensado imotivadamente, com doze anos de casa, e que não assinou declaração de opção, em juízo ou fora dele, opção essa, no entanto, que foi anotada em sua carteira de trabalho, com efetuação dos depósitos em conta de optante, no nome do empregado.

SEÇÃO II – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO: (60 pontos)

Antonio prometeu vender a João, em caráter irrevogável e irretratável, com imissão na posse, a Fazenda Cruzeiro do Sul, pelo preço de Cz\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados), dando-se quitação, no ato, de Cz\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados), pagável o restante em 3 (três) parcelas: Cz\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados) em 60 (sessenta) dias, Cz\$300.000,00 (trezentos mil cruzados) em 120 (cento e vinte) dias e Cz\$400.000,00 (quatrocentos mil cruzados) em 180 (cento e oitenta) dias.

Vencida a primeira, não foi paga. A par disso, o promitente comprador está empreendendo verdadeira devastação do imóvel, promovendo derrubada predatória de suas matas.

Pergunta-se: que ações cabem ao promitente vendedor? Deve ele utilizar-se do processo de conhecimento, do de execução ou do cautelar? Ou pode usar de mais de uma espécie querendo? Justifique a resposta.

2ª QUESTÃO: (40 pontos)

Diga o que ocorre, em termos de eventual perda do direito material, nas hipóteses dos números I, II e III do artigo 70 do Código de Processo Civil, se não procedida a denunciação da lide. Justifique a resposta.

SEÇÃO III – DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO: (50 pontos)

Em face das disposições da Constituição Federal e da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de quem é a competência para fazer a lei de organização municipal?

Fundamente a resposta, considerando que há, no Brasil, Leis Orgânicas Municipais feitas por Assembléias Legislativas e outras oriundas de Câmaras Municipais.

2ª QUESTÃO: (50 pontos)

A Assembléia Legislativa do Estado aprova Projeto de autoria do Deputado X, criando a Guarda de Segurança Municipal no Rio de Janeiro e fixando o seu contingente em 1.000 (hum mil) homens, a serem selecionados mediante concurso público. Submetido o Projeto ao Governador do Estado, para sanção ou veto, é solicitado parecer da Procuradoria Geral sobre sua constitucionalidade. Como você se manifestaria? Justifique a resposta.

SEÇÃO IV – DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª QUESTÃO: (30 pontos)

CAIO, com a idade de 17 anos, dirigia um carro de propriedade de sua mãe, JÚLIA, separada de fato do marido, sendo certo que CAIO residia com JÚLIA.

Dirigindo imprudentemente, abalroou veículo de propriedade de TÍCIO, tendo falecido em decorrência do choque PAULO, filho deste último, com a idade de três anos.

Contra quem e que direitos indenizatórios tem TÍCIO?

2ª QUESTÃO: (40 pontos)

PÉRICLES, ANTÃO e DANIEL constituíram uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com capital de Cz\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados), cabendo Cz\$100.000,00 (cem mil cruzados) a cada sócio e a gerência a PÉRICLES. DANIEL integralizou suas cotas imediatamente. Os demais realizaram cada um apenas 10% do capital que subscreveram.

Um ano depois, a sociedade é declarada falida, com um passivo a descoberto de Cz\$500.000,00 (quinhentos mil cruzados), e você, advogado dos credores, é convocado a indicar, quantificadamente, qual a responsabilidade de cada sócio, considerando que nenhuma irregularidade foi cometida. Pergunta-se, ainda, já que todos os sócios são solventes, se haveria condições de atender integralmente ao passivo da sociedade.

Pergunta-se finalmente se a condição de gerente atribui alguma responsabilidade adicional a PÉRICLES quanto aos credores, à sociedade e aos demais sócios.

3ª QUESTÃO: (30 pontos)

É lícito às partes, no contrato de compra e venda, excluir a responsabilidade do adquirente pelas obrigações condominiais, anteriores à aquisição de unidade em um condomínio horizontal? Qual a natureza jurídica dessas obrigações? Fundamente as respostas.

SEÇÃO V – DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª QUESTÃO: (60 pontos)

Uma Fundação de direito privado, instituída por empresa pública vinculada à Administração Federal, celebrou contrato de arrendamento mercantil (“leasing”) versando certo imóvel, com instituição financeira (Banco), organizada sob forma de sociedade de economia mista, vinculada à Administração Estadual do Rio de Janeiro e sediada neste Município.

No contrato relativo ao negócio, convencionaram as partes, às expressas, que a arrendatária (Fundação) reembolsaria ao arrendante (Banco) o valor do imposto sobre serviços (ISS) que incidisse sobre a operação.

A Fundação propôs ação declaratória contra o Banco e o Município do Rio de Janeiro, como objetivo de exonerar-se do ISS no caso, alegando que:

- a) como entidade de previdência privada fechada, sem fins lucrativos, gozaria de imunidade tributária;
- b) o Banco, sendo órgão da Administração Estadual, também faria jus à imunidade constitucional;
- c) o arrendamento mercantil de imóveis não consta da lista de atividades tributadas pelo ISS, que acompanha a lei federal pertinente.

Pergunta: Sucintamente, indicar os argumentos da resposta do Município nessa ação declaratória e os dispositivos legais aplicáveis.

2ª QUESTÃO: (40 pontos)

Uma empresa de auditoria contábil, estabelecida no Município do Rio de Janeiro, prestou serviços, durante os anos de 1981 a 1984, em estabelecimentos de outras empresas, localizados no Município de Niterói.

Entendendo devido o imposto sobre serviços, no caso, a ambos os Municípios, a empresa de auditoria calculava o valor do tributo, sobre o preço dos serviços prestados, cobrava-os às clientes e o recolhia aos cofres dos Municípios do Rio de Janeiro e de Niterói.

Em novembro de 1985, porém, a empresa de auditoria mudou de orientação e ajuizou, contra o Município do Rio de Janeiro, ação de repetição de indébito, pleiteando a restituição do total pago no período de 1981 a 1984, com os acréscimos devidos, alegando:

- a) que, por inadimplência de seus clientes, deixara de receber o preço de cerca de 20% dos serviços prestados, o que tornaria indevido o imposto;
- b) que o tributo era devido ao Município de Niterói, onde os serviços haviam sido prestados.

Pergunta: Indicando os dispositivos legais pertinentes, expresse sucintamente sua opinião sobre a procedência das alegações do contribuinte.